



3857 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT11 - Política da Educação Superior

ACESSO A ATIVIDADES DE PESQUISA DE ESTUDANTES COTISTAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)

Ana Carolina Morais Sales - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Mônica Rafaela de Almeida - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Este trabalho busca apresentar dados de acesso dos alunos cotistas que entraram na UFRN entre os anos de 2013 e 2015 às atividades de pesquisa, sejam bolsistas ou voluntários. Observou-se que 15,9%, 31,3% e 36% dos discentes ingressantes em cada um desses anos que tiveram acesso a atividades de pesquisa são cotistas. Estes dados sugerem que os cotistas estão se engajando em atividades que podem contribuir para a integração ao ambiente acadêmico e permanência na universidade.

ACESSO A ATIVIDADES DE PESQUISA DE ESTUDANTES COTISTAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)

Resumo: Este trabalho busca apresentar dados de acesso dos alunos cotistas que entraram na UFRN entre os anos de 2013 e 2015 às atividades de pesquisa, sejam bolsistas ou voluntários. Observou-se que 15,9%, 31,3% e 36% dos discentes ingressantes em cada um desses anos que tiveram acesso a atividades de pesquisa são cotistas. Estes dados sugerem que os cotistas estão se engajando em atividades que podem contribuir para a integração ao ambiente acadêmico e permanência na universidade.

Palavras-chave: Ensino Superior. Cotistas. Pesquisa.

INTRODUÇÃO

A história do Brasil, marcada pela colonização e pelo regime escravocrata, deixou marcas na cultura, na economia e na educação do país. No que concerne ao Ensino Superior, a constituição tardia e voltada para a elite brasileira transformou-o em um privilégio para poucos. Além disso, os movimentos de expansão e de reforma universitária priorizaram as instituições privadas de ensino, o que não contribuiu para o acesso efetivo dos discentes de baixa renda (SGUISSARDI, 2008), que são em sua maioria negros. E apesar do Estado Brasileiro ter tentado implantar políticas universais após a Constituição de 1988, que incluiu em seu ordenamento a garantia de direitos políticos e sociais aos cidadãos, estudos diversos passaram a denunciar a marginalização e subordinação de grupos específicos (PAIXÃO, 2000).

Desta forma, a partir dos anos 2000 passou-se a se discutir e implementar políticas de ações afirmativas no Ensino Superior, o que se tornou mais consistente após a aprovação da Lei Federal nº 12.711/2012, que exigiu a reserva de vagas para estudantes pardos/pretos/índios e de baixa renda, advindos integralmente de escolas públicas. Esta lei foi atualizada em 2016 para inclusão também de pessoas com deficiência no público alvo da reserva de vagas.

No entanto, de acordo com Maciel, Lima e Gimenez (2016), deve-se entender o acesso ao ensino superior objetivado pelas políticas afirmativas como participação nesse nível de ensino, o que implica no ingresso, permanência, conclusão e formação de qualidade. Vale salientar que em sua maioria as condições sociais e econômicas que levaram à criação da política de cotas para o público específico não são modificadas após o ingresso na universidade, o que sugere a importância de se acompanhar a trajetória acadêmica e estimular a participação em atividades extracurriculares formativas para que estes discentes se integrem ao ambiente acadêmico, permaneçam e concluam os cursos com qualidade. Nesta perspectiva, Tinto (1993) apresenta que a permanência do estudante no ensino superior é influenciada, entre outras coisas, pela integração ao ambiente social e acadêmico. Os alunos precisam, então, se sentir acolhidos e estimulados a participar do ambiente universitário.

Tendo como eixo central a formação de profissionais-cidadãos, a partir de princípios democráticos e transformadores, Pivetta et al (2010) ressaltam entre outros a importância da integração na universidade entre ensino, extensão e pesquisa. A própria constituição, no artigo 207, apresenta essa integração, o que promove a difusão, criação, sistematização e transformação do conhecimento por meio da articulação entre teoria e prática (PIVETTA et al, 2010). Em se tratando de atividades de pesquisa, diversos autores defendem o efeito positivo desta nos coeficientes de rendimento dos alunos de graduação (BREGLIA, 2002; PIRES, 2002). Assim, a pesquisa pode permitir que os alunos lidem com o processo de conhecer e não apenas com o produto desse processo, estes podem se sentir motivados a estudar, o que é reconhecido por orientadores, professores, bolsistas e alunos (PIRES, 2002). Além disso, possibilitam maior embasamento teórico, contextualização do conteúdo, formação de hábitos de estudos, aumento da responsabilidade e crescimento pessoal (AGUIAR, 1997).

Breglia (2002) encontrou em entrevistas com professores orientadores que estes enxergam a iniciação científica como uma atividade que contribui para a motivação em sala de aula, visão mais ampla sobre o curso e maior base de conhecimentos prévios, o que pode contribuir para a formação de qualidade dos alunos, principalmente dos cotistas. Neste sentido, o presente trabalho busca apresentar um recorte dos dados de acesso de alunos cotistas, que entraram na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) entre 2013 e 2015, e se inseriram em atividades de pesquisa. Este recorte foi realizado por se tratar dos anos imediatamente seguintes a implementação da Lei de Cotas, nos quais foram realizadas reserva de vagas para o público específico, podendo os alunos que entraram neste período estarem entre a metade e o fim ou terem concluído seus cursos. Selecionamos ainda apenas alunos ingressantes em cursos presenciais, visto que

os cursos a distância possuem peculiaridades que dificultam a participação em atividades de pesquisa e a integração ao ambiente acadêmico.

A instituição na qual foi desenvolvida a pesquisa é a principal universidade federal do estado e conta com 5 campus, um na capital, Natal, e os outros nas seguintes cidades do interior do estado: Macaíba, Santa Cruz, Caicó e Currais Novos. Conta atualmente com uma média de 28000 alunos de graduação ativos distribuído em 79 cursos. Esta pesquisa é exploratória e descritiva e todos os dados utilizados foram disponibilizados pela Superintendência de Informática da instituição.

IMPLEMENTAÇÃO DAS COTAS NA UFRN

As cotas só foram adotadas na universidade após a publicação da Lei nº 12.711/2012, sendo implementadas no processo seletivo deste ano para ingresso na instituição no ano de 2013. Esta lei permitiu que a reserva de vagas fosse implantada progressivamente, de forma que até 2016, 50% de todas as vagas fossem destinadas para os grupos específicos. Neste sentido, no processo seletivo do primeiro semestre de 2013, a UFRN reservou 12,5% do total de vagas. Já no edital referente a 2013.2 foram reservadas 25% das vagas para o público alvo. Em 2014.1 e 2014.2 foi destinado 37,5% e a partir de 2015 foi reservado 50% do total.

Ressalta-se que além dos processos seletivos regulares, nos quais vagas são reservadas, a universidade conta também com programas específicos nos quais não são aplicados a lei de cotas, como a reocupação de vagas residuais, processo seletivo destinado para estudantes que já possuem um curso superior e querem ingressar em outro ou discentes que estão ativos na instituição e gostariam de mudar de curso, processos seletivos para segmentos populacionais específicos, formação de professores da educação básica, mobilidade estudantil e convênios com países específicos para cooperação acadêmica.

Neste contexto, as reservas de vagas possibilitaram a entrada de 1127, 2372 e 2920 alunos cotistas em cursos presenciais, respectivamente nos anos de 2013, 2014 e 2015, o que correspondeu a 13,9%, 30,4% e 38,7% do total de estudantes ingressantes nestes cursos. No entanto, a universidade não possui nenhum programa específico para acompanhamento, apoio ou integração destes alunos.

ATIVIDADES DE PESQUISA NA UFRN

As bolsas na UFRN são regidas pela RESOLUÇÃO Nº 169/2008-CONSEPE, de 02 de dezembro de 2008, que apresenta 14 tipos de bolsas que podem ser disponibilizadas aos alunos. Dentre estas está a bolsa de pesquisa, que de acordo com o documento tem o objetivo de aprimorar a formação do aluno através de sua inserção em atividades acadêmicas relacionadas à pesquisa e assim contribuir para otimizar seu desempenho acadêmico e sua permanência, com reflexo positivo nas taxas de sucesso da universidade. As bolsas podem ser concedidas aos alunos de cursos regulares, sendo prioritários os que se enquadram na condição de maior vulnerabilidade e risco social, o que representa um avanço na inserção dos alunos cotistas neste programa.

Em sua maioria, as seleções para as bolsas de iniciação científica são realizadas pelos docentes-orientadores que estão inseridos em grupos de pesquisa existentes na universidade, sendo os alunos selecionados associados a projetos de pesquisa nos quais deverão desenvolver um plano de trabalho elaborado pelo professor pesquisador, e para tanto recebem um valor mensal. Além disso, a atividade de pesquisa pode ainda ser desenvolvida de forma voluntária, com inscrição no sistema de gestão acadêmico, e desde que cumpridas as exigências estabelecidas nos projetos ou programas acadêmicos em que forem vinculadas, serão certificadas e manterão equivalência com as formas de certificação das bolsas.

Para esse trabalho serão considerados todos os alunos que possuíram bolsas de pesquisa ou foram voluntários em atividades desta natureza durante a sua formação acadêmica.

PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS COTISTAS EM ATIVIDADES DE PESQUISA

Organizando os dados de acordo com o ano de entrada dos alunos que participaram das atividades de pesquisa, encontramos, conforme quadro 01, que daqueles que ingressaram na universidade em 2013, 1509 discentes tiveram acesso a atividades de pesquisa no período de 2013 a 2017, entre bolsistas e voluntários, dos quais 15,9% eram cotistas. Dos ingressantes em 2014, 1172 alunos participaram de pesquisa, sendo 31,3% destes cotistas. Já em relação aos que entraram em 2015, 961 dos estudantes tiveram participação em atividades de pesquisa, sendo cotistas 36% desse total.

Quadro 1: Estudantes ingressantes entre 2013 e 2015 que participaram de atividades de pesquisa

	2013			2014			2015		
	Total	Cotistas	%	Total	Cotistas	%	Total	Cotistas	%
Bolsistas	1061	166	15,6%	714	226	31,8%	588	209	35,5%
Voluntários	448	77	17,2%	458	149	32,6%	373	144	38,6%
Total	1509	243	16,1%	1172	375	32,1%	961	353	36,7%

Se levarmos em consideração que 13,9%, 30,4% e 38,7% dos ingressantes nos anos de 2013, 2014 e 2015 eram cotistas, e que 16,1%, 32,1% e 36,7% dos discentes ingressantes em cada um desses anos que tiveram acesso a atividades de pesquisa são também cotistas, observa-se que proporcionalmente um número ligeiramente maior de discentes que entraram na universidade através das cotas participaram de atividades de pesquisa nos anos de 2013 e 2014 em relação aos não cotistas.

Costa e Dias (2015) e Rosa e Gonçalves (2015) ressaltam em seus trabalhos a importância de aliar a política de cotas a outras que contribuam para o sucesso acadêmico desses discentes. E a vivência de atividades de pesquisa tem sido considerada requisito para o ensino de excelência e completude do processo de formação acadêmica (DIEHL; TERRA, 2013). Além disso, possibilita o desenvolvimento de hábitos de estudos e maior interação com professores e outros discentes, de forma que o aluno possa se sentir mais capacitado e integrado ao ambiente acadêmico.

Isto tem importância especial para os alunos cotistas, visto que estudos mostram (SOBRINHO; HANASHIRO, 2015; VIDIGAL, 2016), que é frequente a crença por parte de discentes não cotistas, professores e até profissionais de Recursos Humanos (RH) de que aqueles não têm condições ou apresentam maiores dificuldades em acompanhar as aulas ou ter uma formação de qualidade. E tais discursos podem levar os alunos cotistas a se sentirem constrangidos e inferiorizados, prejudicando a permanência e formação de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a política de cotas contribui para o acesso a universidade de estudantes antes em sua maioria excluídos do ensino superior, outras políticas precisam ser implementadas para que possa ser garantido além do ingresso, a permanência, conclusão e formação de qualidade destes alunos. As atividades de pesquisa têm se mostrado importantes na trajetória acadêmica e os cotistas parecem estar tendo proporcionalmente acesso satisfatório a essa atividade formativa na UFRN.

No entanto, não existem programas específicos de acompanhamento, apoio ou estímulo deste público específico, o que pode dificultar a adaptação e integração destes alunos ao ambiente acadêmico. Neste sentido, considera-se importante o acompanhamento dos alunos cotistas e o estímulo a participação destes em atividades extracurriculares, desenvolvendo estratégias para a permanência e formação de qualidade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. C. C. **O perfil da iniciação científica no Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho e no Departamento de Bioquímica Médica da Universidade Federal do Rio de Janeiro.** Dissertação (Mestrado em Química Biológica) – Centro de Ciências da Saúde/Instituto de Ciências Biomédicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

BREGLIA, V. L. A. **A formação na graduação: contribuições, impactos e repercussões do PIBIC.** (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

BRIDI, J. C. A. **A iniciação científica na formação do universitário.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

COSTA, S. L.; DIAS, S. M. B. A Permanência no Ensino Superior e as Estratégias Institucionais de Enfrentamento da Evasão. **Jornal de Políticas Educacionais**, 9, 51-6, 2015.

DIEHL, B. T.; TERRA, E. L. A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão: do legal ao real. **Revista Humanidades**, 28, 2, 166-185, 2013.

MACIEL, C. E., LIMA, E. G. S.; GIMENEZ, F. V. Políticas e permanência para estudantes na educação superior. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, 32, 3, 759 – 781, 2016.

PIRES, R. C. M. **A contribuição da iniciação científica na formação do aluno de graduação numa universidade estadual.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

PIVETA, H. M. F. et al. Ensino, pesquisa e extensão universitária: em busca de uma integração efetiva. **Linhas Críticas**, 16, 31, 377-390, 2010

ROSA, C. M., & GONÇALVES, A. M. A Política De Cotas Na UFG: Desvelando o Perfil Dos Estudantes Cotistas. **Revista NUPEM**, 7, 12, 47-66, 2015.

SQUIRRESSAD, V. Modelo De Expansão Da Educação Superior No Brasil: Predomínio Privado/Mercantil E Desafios Para A Regulação E A Formação Universitária. **Educação & Sociedade**, 29, 105, 991-1022, 2008.

SOBRINHO, C. A. C.; HANASHIRO, D. M. M. Lei de Cotas nas Federais: Implicações Educacionais e Organizacionais. **Revista Eletrônica da UNIVAR**, 13, 153-164, 2015.

TINTO, V. **Leaving college**: rethinking the causes and cures of student attrition. Chicago: The University of Chicago, 1993.

VIDIGAL, R. L. B. P. **Opinião Pública Sobre Ações Afirmativas**: Efeitos Do Afeto Racial, Estratificação Social, Predisposições Políticas E Conhecimento Político Na Visão Dos Brancos. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.